



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1009782-77.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos de Terceiro - Posse**  
 Embargante: **Arnaldo Carlos Morelli e outro**  
 Embargado: **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

ANTONIO CARLOS MORELLI e sua esposa LUCIA HELENA MORELLI pedem, nestes embargos de terceiro, a desconstituição da penhora efetivada no processo 21840-81/2004, que o embargado ESTADO DE SÃO PAULO move contra terceiros, sob o fundamento de que atingiu bem de propriedade dos embargantes, que o adquiriram de boa-fé.

Os embargos foram recebidos com efeito suspensivo em relação ao bem (fls. 35/36) e o réu, citado, apresentou resposta (fls. 86/90) anuindo ao pedido mas postulando a condenação dos embargantes nas verbas sucumbenciais.

É o relatório. Decido.

Julgo os embargos imediatamente, eis que não há a necessidade de outras provas (art. 1053 c/c 803 § único c/c art. 330, I do CPC).

Os embargantes adquiriram o imóvel muito antes de proposta a execução fiscal, com as cautelas exigíveis de qualquer adquirente; agiram de boa-fé; nesse sentido, concordou o próprio embargado com o acolhimento dos embargos, solução que se impõe.

Ante o exposto, ACOLHO os embargos para desconstituir a penhora efetivada nos autos principais sobre 50% do imóvel objeto da mat. 45.549 do CRI de São Carlos.

Todavia, os embargantes deram causa à constrição indevida, não o embargado; é que os embargantes adquiriram o imóvel em 2002, por instrumento particular ao qual o embargado não tem acesso, e somente em 2009 promoveram o seu registro no cartório de registro de imóveis. Aplicada a Súm. 303 do STJ, CONDENO os embargantes nas verbas sucumbenciais, arbitrados os honorários, por equidade, em R\$ 788,00, observada a AJG.

Transitada em julgado, levante-se a penhora nos autos principais, e arquivem-se os presentes.

P.R.I.

São Carlos, 06 de abril de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**